



**NARRATIVAS DE**  
**COMUNICADORES JOVENS**  
**NAS ELEIÇÕES 2020**

# Expediente

<b>Coordenação:</b> Grupo de Referência da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político:	Iser Assessoria JUSDH – Articulação Justiça e Direitos Humanos MCCE – Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral REDE AFRO LGBT ODARA/AMNB -Articulação de Mulheres Negras Brasileiras PJMP - Pastoral da juventude do meio popular SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia
Abong - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais	
ANJF - Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas	
CENARAB - Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro Brasileiro	
CMP – Central de Movimentos Populares	
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs	<b>Organização:</b> Naiara Leite
Cordel - Coletivo Revolucionário de Libertação	<b>Projeto Gráfico e Diagramação:</b> Polianna Silva
FAOR – Fórum da Amazônia Oriental	<b>Autores e autoras:</b> Júlia Santiago, Júlia Cruz, Júlia Bispo, Michele Menezes, Iasmin Monteiro, Mike Faria, Gabriel Rodrigues, Andressa Franco, Brenda Gomes
FBES - Fórum brasileiro de economia solidaria	
FOPIR – Fórum Permanente pela Igualdade Racial	
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos	<b>Apoio:</b> Fundo Pulsante/Fundação Avina.
INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social	

**PULSANTE**  
CIDADANIA ATIVA

---

## FICHA CATALOGRÁFICA:

Vários autores.

Quero Me Ver no Poder: Narrativas de Comunicadores Jovens nas Eleições 2020: Brasília, DF. Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, 2020. Sub-representação. 2. Reforma Política.

**Direitos:** Este conteúdo pertence à Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, podendo ser replicado sem fins comerciais, e desde que citada a fonte.

---

# Sumário

Apresentação .....	4
Comunicadores jovens disputando narrativas sobre representação e poder .....	7
O resultado foi o fortalecimento das representações diversas: quero me ver no poder.....	11
Jornalismo representativo fortalecendo as disputas de poder .....	13

## APRESENTAÇÃO

Bem vindas e bem vindes ao e-book Quero Me Ver no Poder: Narrativas de Comunicadores Jovens nas Eleições 2020. Este e-book é resultado de uma chamada pública para Comunicadores Jovens da campanha #QueroMeVerNoPoder, organizada pela Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político. A campanha teve com a por objetivo proposta de sensibilizar a sociedade brasileira sobre a sub-representação de mulheres, negros, indígenas, quilombolas, povos tradicionais de matriz africana, jovens e pessoas LGBTQ+ nos cargos públicos eletivos durante as Eleições 2020 – visando que a política institucional se torne mais representativa dos diferentes grupos sociais do país.

A Chamada Pública para Jovens Comunicadores para Produção de Reportagens - #QueroMeVerNoPoder, lançada de forma online antes do primeiro turno das eleições, selecionou dez jovens de distintas regiões do país para produzirem reportagens inéditas sobre o contexto da sub-representação desses grupos a partir de suas realidades e territórios, potencializando suas narrativas. Foram selecionados jovens de 18 a 29 anos, entre estudantes de jornalismo, jornalistas recém-formados e comunicadores com experiência de trabalho em mídias contra-hegemônicas.

O resultado pode ser conferido nas páginas a seguir, em matérias elaboradas sob perspectivas diversas e que carregam reflexões importantes acerca dos desafios para tornar a política um espaço mais representativo e que possa, de fato, promover transformações para a maioria da população brasileira.

## **A Plataforma**

A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político é composta por movimentos, organizações, fóruns, coletivos e redes, institucionalizadas ou não, que, desde 2004, atuam para mudar a forma como o sistema político brasileiro está organizado. Iniciou sua articulação a partir da crítica aos instrumentos de participação social, que têm baixo impacto na formulação e controle social sobre as políticas públicas.

Ao aprofundar este debate, contudo, foram identificados problemas anteriores à discussão sobre o sistema político em si, como a sub-representação de segmentos sociais historicamente dominados e explorados, como mulheres, pessoas negras, povos indígenas, pessoas LGBTI+, da classe trabalhadora e das juventudes; o domínio do capital sobre a política e a corrupção eleitoral; o descrédito na política e a crise de representatividade; o funcionamento antidemocrático dos partidos políticos; a produção de falsos consensos pela mídia corporativa; a criminalização dos movimentos sociais e o autoritarismo do sistema de justiça, entre outros.

Tal análise ampliou a concepção sobre a política institucional e resultou na compreensão da necessidade de transformação radical do sistema político. Assim, no decorrer dos últimos anos, elaboramos coletivamente uma proposta de reforma em torno de cinco eixos: 1) fortalecimento da democracia direta; 2) fortalecimento da democracia participativa; 3) aprimoramento da democracia representativa: sistema eleitoral e partidos políticos; 4) democratização da informação e da comunicação e 5) democratização do sistema de Justiça.

Em abril de 2019, um encontro nacional da Plataforma reuniu em Brasília centenas de pessoas para avançar na ampliação e capilarização do debate, que definiu a priorização de 11 temas a partir dos cinco eixos

já historicamente estruturados:

1. Laicidade do Estado e Diversidade Religiosa
2. Economia e Democracia
3. Racismo e Poder
4. Democracia comunitária
5. Mulheres nos espaços de Poder
6. Sistema político e os direitos LGBTQI+
7. Poder Político e Juventudes
8. Esfera Pública Digital
9. Justiça Popular, Justiça formal e partidarização do sistema de Justiça
10. Direitos dos povos originários e tradicionais
11. Direito a Desobediência Civil

O elemento central da estratégia atual da Plataforma é a incidência no debate público, em especial no campo composto por forças democráticas e populares, sobre a democracia que queremos e a construção de um sistema político que a contemple.

# COMUNICADORES JOVENS DISPUTANDO NARRATIVAS SOBRE REPRESENTAÇÃO E PODER

*Naiara Leite*

A chamada pública direcionada a jovens comunicadores do Brasil para refletir sobre as eleições de 2020 e os grupos sub-representados revelou lugares, pertencimentos, sonhos e reflexões levando em consideração as vozes, ecos, trajetórias e narrativas de grupos historicamente invisibilizados pela mídia hegemônica. Foi uma produção baseada no desejo de compreender, refletir, debater e reconhecer o papel crucial que grupos de mulheres negras, população negra, jovens, mulheres, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e LGBTQIA+ têm na construção histórica, política e de mobilização social na sociedade brasileira em diferentes tempos e em diversos lugares do país.

Numa sociedade multirracial, como é o caso da brasileira, as imagens refletidas através do espelho mostram à primeira vista dois reflexos: de um lado a diversidade identitária, social e cultural que forma o povo e, do outro, o lugar de exclusão e de negação que vivenciam grupos excluídos e marcados cotidianamente pela experiência do racismo, das violências de gênero, do racismo religioso, do patriarcado e das opressões correlatas, que juntas revelam a subordinação simbólica, política, econômica e intelectual.

Em artigo publicado na Folha de S. Paulo<sup>[1]</sup>, o pesquisador Muniz Sodré fala sobre o mito do vampiro que não vê sua imagem refletida no espelho, ou seja, quando estes grupos em função das opressões estruturais não têm sua imagem refletida, seu imaginário é formado por outras imagens, que na maioria das vezes não dialogam com suas características físicas, ancestrais e culturais.

A constituição cultural hegemônica define qual imagem pode ser refletida pelo espelho, que pode ser vista, que pode ser negada e que não pode ser refletida. Sodré afirma que “na sociedade da imagem (anagrama de magia) ou dos dispositivos de visão, o sujeito só existe se aparece no “espelho”, isto é, se tem condições socioculturais de ter imagem publicamente reconhecível (1995 s\p).”

A partir desta perspectiva e pensando a importância da constituição de outros imaginários circulantes nas eleições de 2020 é que foram articuladas estratégias e parâmetros de seleção dos jovens comunicadores para elaboração de pautas e de conteúdos fruto da chamada pública. Como resultado da chamada pública recebemos 25 inscrição de jovens entre 18 e 29 anos de diferentes regiões do país. Foram selecionados 10 jovens comunicadores com experiências e lugares de fala diversos considerando a auto-identificação racial, a orientação sexual, a idade, a diversidade regional e as experiências no campo da comunicação.

A noção aprofundada do conceito de DI-VER-SI-DA-DE foi elemento norteador utilizado durante toda a seleção e escolha dos temas para cada pauta buscando refletir o sentido real de se ver no poder. A metáfora do espelho foi utilizada durante todo o percurso da campanha Quero Me Ver no Poder para que pudéssemos investir na produção de imagens visíveis que contribuam com o rompimento da negação das diferenças e das trajetórias políticas reveladas pelos grupos sub-representados nos espaços de poder institucional, que são vampirizadas. Esses grupos não se vêem no espelho. É um mito de narciso invertido.

A jornalista e intelectual Rosane Borges, em suas reflexões, chama atenção sobre a importância de produzir uma comunicação contra-hegemônica capaz de implodir os velhos imaginários e evidenciar imaginários positivos sobre a população negra, as mulheres negras e

outros grupos invisibilizados.

Nosso desafio não se dá apenas na produção das nossas mídias, mas sim de pensar em como essa produção pode criar força para fazer o laço social. Quando fizermos o laço social disputamos narrativas, disputamos o imaginário. Por isso, nesse campo de batalha não basta reivindicar pelas imagens positivas. É preciso disputar as narrativas enfrentando os sistemas de representação, construindo novos imaginários. (BORGES, UFRB, 2019, *online*).

Por isso, para fortalecer a construção de imaginários positivos baseados na construção das diversas identidades, histórias, auto-estima, empoderamento, a partir de dimensões culturais, ancestrais, identitárias e ideológicas que os grupos sub-representados carregam, foram produzidas nove matérias com temas importantes, que desvelam os processos de interação entre relações de poder e categorias como raça, gênero, sexualidade, território e classe, em contextos e lutas coletivas e arranjos culturais/institucionais.

Os temas trabalhados por cada jovem atuaram para reforçar as agendas apresentadas nas narrativas de cada grupo. Neste sentido, foram produzidas matérias apontando o olhar desses e dessas jovens comunicadores. O lugar em que cada um\uma estava olhando as disputas eleitorais e o papel e importância das candidaturas diversas para mudança e transformação da perspectiva democrática e de representação no Brasil. É importante destacar que a participação desses\dessas jovens fortalece a reflexão sobre a produção do jornalismo no Brasil, baseado nos compromissos com a criticidade, a ética, a diversidade e com a agenda dos direitos humanos.

Foi um processo concebido a partir de outras formas de produção jornalística - do tornar-se humano - no processo individual e coletivo

influenciado pela ideia de mudança do cenário político a partir dos rompimentos conscientes e inconscientes com a cosmovisão civilizatória colonizadora. Por isso, é com muito orgulho que a equipe da campanha Quero Me Ver no Poder e da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político apresenta os resultados da Chamada Pública para Jovens Comunicadores - Quero Me Ver no Poder. Todas as matérias foram publicadas no site e redes sociais da Plataforma.

---

[1] Artigo genealogia da imagem do Racismo – Folha de São Paulo, Março\1995: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/19/mais!/10.html>

## O RESULTADO FOI O FORTALECIMENTO DAS REPRESENTAÇÕES DIVERSAS: QUERO ME VER NO PODER

Nossa matéria de estreia foi a **Multiplicando Vozes**, escrita por Júlia Santiago, que fez um apanhado sobre as experiências das candidaturas coletivas a partir da experiência feminista e da organização periférica em São Paulo. Já a segunda matéria publicada teve como título: **A violência política contra as mulheres negras na internet opera para silenciar vozes dissonantes**, realizada por Júlia Cruz, que contextualizou a ascensão de novas candidaturas de mulheres negras, as eleições municipais e o avanço da violência política no ambiente da internet, sobretudo no cenário de pandemia de Covid-19, onde esse espaço foi usado por candidatas de forma mais intensa para dialogar sobre suas ideias e propostas.

A terceira matéria foi produzida por Júlia Bispo e apresentou reflexões importantes acerca dos desafios apresentados por candidatas negras em decorrência do racismo estrutural nos partidos políticos e teve como título: **Além da corrida eleitoral: o racismo dentro dos partidos políticos**. Na sequência foi publicada a matéria de Michele Menezes, **Candidaturas negras e jovens no interior da Bahia: avanços e desafios**, que trouxe uma perspectiva de como as candidaturas negras em Conceição do Coité e Ituberá, cidades do interior da Bahia, foram marcadas por grandes contradições, dentre elas o racismo, sexismo e a ausência de investimentos, principalmente nas candidaturas de jovens negros (as).

A potência da produção de narrativas e da disputa no campo da comunicação foi pauta na quinta publicação. No texto **Mulheres negras e comunicadoras mostram suas potencialidades nas eleições 2020**, Iasmin Monteiro contou a história de comunicadoras negras que atuaram em campanhas eleitorais, no município de Juazeiro (BA),

com foco no fortalecimento das narrativas contra-hegemônicas e da importância da ampliação da presença de profissionais negras na comunicação.

Para engrossar o caldo, saímos da Bahia e fomos direto para a capital mineira com a matéria produzida por Mike Faria: **Sem inclusão não há como garantir os direitos às comunidades indígenas**, que chamou atenção para os desafios e debates conjunturais e históricos que impactaram na eleição de candidatura indígena em Belo Horizonte (MG). Na sequência foi publicada a matéria de Gabriel Rodrigues - **Pegada digital: candidaturas LGBTIA+ representam transformações históricas para a política nas eleições municipais de 2020**, que apresentou as estratégias das mobilizações políticas para as eleições municipais no cenário da internet, a partir das vozes e agendas das candidaturas LGBTQIA+.

Para reforçar o debate sobre candidaturas jovens nas eleições de 2020, Andressa Franco escreveu a matéria **Representatividade Jovem na Política**, pontuando o cenário nacional com relação à participação das juventudes e de Feira de Santana (BA) que também expressou uma baixa participação da juventude entre candidatas e eleites. Já na matéria produzida por Brenda Gomes, **Candidaturas coletivas ganham espaço na região Nordeste durante as eleições 2020**, voltamos nosso olhar sobre a articulação das candidaturas coletivas para fortalecer agendas políticas de segmentos diversos nas capitais do Nordeste.

# JORNALISMO REPRESENTATIVO FORTALECENDO AS DISPUTAS DE PODER





Júlia Santiago, estudante de comunicação, 23 anos e é do Capão Redondo (SP). Atua como repórter no jornal Embarque no Direito.

## MULTIPLICANDO VOZES

*Por Júlia Santiago*

Já parou para analisar qual o perfil das pessoas que atualmente governam nosso país? Como era o candidato em que você votou na última eleição? O poder organizacional ainda é um espaço a ser ocupado pelas periferias e suas pautas. Por muito tempo o cenário político foi formado por uma classe de senhores de meia idade e, em grande parte, brancos. A cada novo mandato, o mesmo perfil seguia se repetindo. Percebe?

Pouco vemos os partidos políticos aceitando a diversidade e as “novas regras” dos jogos eleitorais. Mas a dinâmica da política é curiosa. Dentro disso, temos as candidaturas coletivas, movimento que tem ganhado adesão de adeptos em eleições anteriores e volta a ser fortemente citado nas eleições municipais de 2020. A nova ferramenta política busca mecanismos de inclusão da sociedade nos processos de decisão e o aumento do seu poder de influência e interferência dentro dos espaços políticos. Para isso, os mandatos coletivos apostam na adesão e colaboração da sociedade civil com o poder público através da intervenção direta da população nas tomadas de decisões de um representante político durante seu mandato. Nas duas últimas eleições, houve um aumento no número de candidaturas coletivas para o Poder Legislativo. Enquanto nas eleições de 2012 e 2014 foram sete candidaturas na disputa, no pleito de 2016 e 2018 somaram 98, segundo levantamento da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps). Nas eleições municipais

deste ano, tivemos pelo menos 34 candidaturas coletivas na disputa por vagas na Câmara Municipal.

Nessa perspectiva, podemos falar de Camilla Lima (PcB), 34 anos, que subverteu todo um sistema padronizado ao lançar sua candidatura à Câmara Municipal junto com três mulheres na Bancada Feminista. Moradora do Capão Redondo, professora da rede municipal de Ensino e militante partidária, ela afirma que “ninguém melhor do que nós todos, que estamos na periferia, para pensarmos em políticas públicas para nós mesmos. Nossas vozes precisam ser ouvidas. A periferia é potência, e não carência”.



Bancada Feminista

Em junho, o coletivo realizou uma live de lançamento da candidatura à Câmara de Vereadores de São Paulo, na sua página do Facebook. Cada uma das co-candidatas representa uma grande área da periferia urbana, um segmento e bandeiras de atuação do coletivo. “Confesso que ficamos chocadas! Foi incrível ver mulheres que estavam se reconhecendo e se sentindo representadas no nosso trabalho, e homens que querem somar nessa luta”, conta

Camilla. Vale destacar que a presença feminina na Câmara dos Vereadores chegou a um recorde histórico nas eleições de 2020. Foram 13 vereadoras eleitas (23% das cadeiras da Casa). Na legislatura anterior, eram 11. Entre elas está Erika Hilton (PSOL), a primeira vereadora trans da capital paulista. Ela foi uma das dez mais bem votadas na cidade, que também elegeu com votação expressiva Thammy Miranda (PL), um homem trans. “Sempre vou reforçar que as candidaturas precisam ter significado dentro dos espaços de poder para pensar melhor as políticas para a população”, continua.

Em um mandato coletivo, estão reunidas diversas pessoas com conhecimento e experiência em áreas específicas, pertencentes a diferentes setores sociais e partidos políticos. A missão principal é assumir o compromisso de ser um canal direto de intervenção da sociedade no poder público, de forma a somarem suas capacidades em áreas particulares e contribuir na cocriação de projetos e na gestão da governança, agregando ao mandato múltiplas perspectivas e diferentes saberes. Jussara Basso, Débora Amorim e Tuca, três mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), também lançaram uma candidatura coletiva pelo PSOL buscando concorrer nas eleições de 2020. Com Débora à frente da ocupação Marielle Vive, na zona norte, Jussara na Vila Nova Palestina, na zona sul, e Tuca na [ocupação Copa do Povo](#), na zona leste, o grupo é formado por mulheres negras, sem teto e da periferia de São Paulo que tem como objetivo levar à esfera pública municipal a luta que já reivindicam através do movimento.

Jussara conta sobre o papel do movimento durante a campanha. “Entendemos que o formato de atuação de um mandato coletivo é construir coletivamente projetos que atendam à demanda que vem da população. Para isso ser implementado institucionalmente, é um pouco difícil”, relata.

Mas também existem pontos negativos a serem pensados em um período



tão decisivo. “Nosso maior desafio sempre será contra o ódio. Como estamos muito expostas, acaba rolando esse receio”, conta Camila. Já para Jussara, a forma como a política se estrutura é o principal empecilho para candidaturas femininas e periféricas, “O maior desafio é não ser como filhos de políticos que fizeram da vida pública uma carreira. Sem falar que é um sistema fortemente personalista, individualista e excludente. Minhas motivações continuam sendo questionar esse sistema que tem como base de sua construção o machismo e o racismo estrutural”.

A partir disso, é possível enxergar caminhos de poder nas periferias, amplificando o eco das realidades e demandas. O processo para ocupação desse poder tem trazido abordagens diferentes e cada vez mais potentes.



## A partir dos territórios

Agora, vamos pensar em um contexto mais amplo: O que vem na sua cabeça quando ouve a palavra “política”? Terno, gravata, votações, troca de acusações? Pelo Brasil afora, existem iniciativas que mostram que fazer política não é mais sinônimo de Brasília. Pelo contrário: a inovação pulsa é nas periferias do país. A pesquisa “Emergência Política Periferias”, realizada pelo Instituto Update, mapeou

400 iniciativas e seu impacto na nova forma de fazer e imaginar política. “A pesquisa deixou claro que o futuro precisa ser construído junto com a periferia, ser pautado por ela”, afirma Wellington Amorim, 25, morador da Vila Calu, Zona Sul de São Paulo, e que foi um dos idealizadores dessa pesquisa. “Se ela não estiver incluída nos espaços de decisões, a sociedade não anda”, declara.

A equipe de pesquisadores, todos moradores da periferia, entrevistou mais de 100 lideranças em cinco capitais e concluiu que cada cidade tem um movimento político próprio. Mas uma característica presente em todos eles é a de basear-se na redução das desigualdades, na diversidade de raça e gênero, na tolerância. “Na favela não chega saúde, saneamento, cultura. Não chega educação de qualidade. A única política pública que os governantes mandam é a operação policial”, conta Wellington.

Segundo trecho da pesquisa, deve-se falar sobre a mobilização de seres políticos ‘a partir’ das periferias e não ‘da’ periferia. “Isso porque estamos falando dessa inovação política que não está necessariamente na periferia, mas que parte dela. É trazer um sujeito que está formulando políticas públicas para o país a partir do seu território”, explica. Atuar de forma conjunta para desenvolver soluções é uma máxima dentro desses movimentos da nova política.

Vale ressaltar também a importância de tratar sempre as periferias no plural, uma vez que diferentes espaços têm diferentes costumes, culturas e regras sociais que não devem ser diminuídas e colocadas em uma mesma identidade coletiva. “A pesquisa foi um caminho tanto de ver a diversidade das ações como a diversidade dos territórios. A periferia de Belo Horizonte é diferente da periferia do Rio, que é diferente da periferia de São Paulo. Então, acredito que foi uma leitura dessas periferias no Brasil”, defende Wellington.

O que se vê como resultado são esses coletivos das periferias ocupando espaços institucionais. As impressões da identidade coletiva na qual vivemos cotidianamente dentro da quebrada podem se expressar muito fortemente nessas eleições. “Temos políticos somente em períodos eleitorais, mas estes novos possíveis candidatos partidos do território estão no dia a dia e podem se identificar melhor com os eleitores. A periferia tem entendido que precisa fazer parte do processo da política institucional para dizer sobre o território. Sinto que as periferias têm pautado que vamos sim colocar essas pessoas nesses espaços de poder, porque só assim nossas pautas serão representadas”, conclui.



Júlia Cruz, 22 anos, do Jardim Aracati/São Paulo. É assistente de Comunicação na Artigo 19 e estudante de Comunicação Social - Jornalismo.

## **VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES NEGRAS NA INTERNET OPERA PARA SILENCIAR VOZES DISSONANTES**

**Dados do Instituto Marielle Franco revelam que 78% das mulheres negras candidatas nas eleições municipais de 2020 sofreram violência virtual**

*Por Júlia Cruz*

O número de candidatas negras que disputaram uma vaga para a Câmara Municipal nas eleições em São Paulo quase dobrou em 2020 com relação aos números de 2016. Da esquerda à direita, o crescimento expressivo de novas candidaturas contabilizou mais 118 neste ano, totalizando 250. Mesmo sendo mais da metade da população brasileira (52%), as mulheres não representam nem um terço das cadeiras políticas. Elas são apenas 15% dos deputados e 20% do total de vereadores em São Paulo, segundo dados da Câmara dos Deputados e da Câmara Municipal. Esse marco de novas candidaturas, em especial no contexto de mulheres negras na capital do estado e o município mais populoso, representa um avanço significativo do ponto de vista da pluralidade de vozes e do avanço de pautas de defesa dos direitos das mulheres na sua diversidade -- incluindo aquele mais elementar: o direito a uma vida livre de violência.

Marcada pela ascensão de novas candidaturas de mulheres negras, as eleições

municipais destacam, porém, um avanço da violência política no ambiente da internet, sobretudo no cenário de pandemia de Covid-19, onde esse espaço foi usado por candidatas de forma mais intensa para dialogar sobre suas ideias e propostas. Gerada na maioria das vezes por grupos e reações conservadoras que buscam limitar a participação de mulheres nos espaços de poder e de tomadas de decisão, a violência política na internet se dá através de ataques, ofensas, ameaças, desinformação, discurso de ódio e invasão de perfis e reuniões.

Para a antropóloga e coordenadora da área de desigualdades e identidades do InternetLab, Fernanda K. Martins, quando pensamos sobre violência, temos uma tendência a concebê-la como uma exceção às regras sociais. Na verdade, indica a especialista, a violência compõe a sociedade, dizendo muito sobre a forma como nos estruturamos e como hierarquizamos socialmente diferentes grupos sociais. “Nós podemos pensar que a violência política na internet é uma atualização do que acontece também fora da internet. O que acontece online, não está situado de forma isolada. Há uma conexão entre o que se dá na internet e o que acontece fora dela”, explica.

Segundo dados do relatório preliminar “[Violência Política Contra Mulheres Negras](#)”, do Instituto Marielle Franco, a violência virtual foi a principal violência relatada pela maioria das mulheres negras candidatas que responderam a pesquisa, totalizando 78%. Desse total, 20,72% recebeu comentários e/ou mensagens machistas e/ou misóginas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens, 18% recebeu comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens, 17% participou de uma reunião virtual que foi invadida, 13% teve a sua reunião virtual de campanha invadida, 10% foi vítima de ataques com conteúdos machistas durante uma live e 8% foi vítima de conteúdos racistas durante uma live. Com relação aos seus agressores, 46% são indivíduos ou grupos não identificados.

Fernanda pontua ainda que “Serão as pessoas negras, mulheres, LGBTQI+, pessoas oriundas de classes populares e de movimentos sociais que serão um alvo mais recorrente desse tipo de violência. Demonstrando, então, que a violência política tem um direcionamento bastante específico e busca sustentar hierarquizações também bastante específicas no que diz respeito ao modo como nossa sociedade se estrutura”, afirma.

Erika Hilton (PSOL), eleita a primeira mulher trans negra em São Paulo e a 6ª candidata com o maior número de votos, revela que sofre ameaças, ataques, ofensas e desinformação há muito tempo e que essa prática se intensificou durante a campanha devido à ampla tentativa de grupos polarizados em promover o boicote e o silenciamento das mulheres, da negritude e da comunidade LGBTQIA+ na política institucional.



Foto/Rafa Canoba

“Esses grupos tentam paralisar pelo medo, pela mentira e pelo pânico moral. Foi assim nas eleições de 2018 com Jair Bolsonaro e vai ser assim por um bom tempo pelo simples fato de sermos um corpo político”, afirma. Para ela, ten-

tar judicializar um crime de ódio ou um ataque virtual é um processo muito difícil pelo fato da justiça não ser acessível. “O ambiente virtual é uma boa opção de debate sem o risco da violência física, mas entenda, é um opção sem risco de violência física naquele momento e circunstância, o que não quer dizer que não pode acontecer na vida real”, completa Erika, lembrando o caso de uma mulher trans vítima de crime de LGBTfobia enquanto panfletava para a sua campanha na Avenida Paulista, em São Paulo.

Erika Hilton foi uma das candidatas acompanhada pelo projeto [MonitorA](#) da revista AzMina em parceria com o Instituto Update e InternetLab, que coleta e analisa comentários direcionados a candidatas de todos os espectros políticos, para compreender as dinâmicas da violência política de gênero e do discurso de ódio sexista contra as mulheres.

A jornalista e coordenadora do MonitorA, Bárbara Libório, ressalta que o conhecimento empírico mostra que mulheres candidatas são atacadas na internet em grande parte das vezes não por atributos políticos, mas sim por atributos físicos -- xingamentos que são racistas, transfóbicos, machistas e misóginos. Para captar esse aspecto, é preciso aplicar um filtro linguístico que analisa cada uma das menções direcionadas às candidatas para entender como é que funciona a dinâmica da violência política nas redes. “Conseguimos através desse monitoramento o que não conseguiríamos fazer de maneira tão extensa com relação aos casos que acontecem na vida real. Acredito que a força de projetos como o MonitorA é criar dados que embasam políticas públicas e políticas internas de plataformas de redes sociais e que realmente mostre o que acontece nesse ambiente, principalmente nos períodos de campanha eleitoral”, disse.

## **Internet e violência política**

Apesar de fomentar discursos e narrativas violentas contra as mulheres ne-

gras e outros grupos sociais, o ambiente virtual é uma importante ferramenta para a compreensão das especificidades atribuídas à violência política e caminhos de enfrentamento desse cenário, assim como para cobrar daqueles que ocupam cargos públicos e das grandes plataformas que sejam resguardados os direitos de todas.

Fernanda explica que, diante de governos que não priorizam politicamente os direitos humanos e que não os têm como uma pauta que compõe os seus atos e discursos, uma parte da sociedade pode sentir que seus pensamentos mais conservadores estão legitimados por aqueles que ocupam os cargos públicos, o que significaria também termos uma parcela da população, historicamente minorizada politicamente, que não enxerga em um governo autoritário a sua existência válida enquanto legítima. “Parte do que podemos observar como práticas violentas em espaços online podem sim estar relacionadas com uma dinâmica social de ascensão do conservadorismo e com disputas políticas do que é ou não é legítimo de ser pautado e de ser vivido socialmente. Novamente, o que acontece na internet é também um desdobramento do que acontece em outras esferas, há uma conexão e continuidade entre um campo e outro quase inquebráveis”, completa.

Antes de ser eleita vereadora, Erika Hilton mencionou que pretende discutir não só os caminhos para o fim da violência política na internet sofrida por candidaturas negras, mas também por candidaturas trans, por candidaturas de mulheres e outras. “É a partir de um processo educacional e pedagógico que podemos caminhar para limar a violência e reeducar a sociedade para que nos enxerguem de uma outra forma. No meu mandato vamos buscar medidas paliativas, políticas públicas e projetos de lei que minimizem a longo prazo todas essas violências contra grupos minoritários, e digo, não minoritários em números, mas minoritários em representação, minoritários em disputas de espaços de poder”, disse.



Foto/Reprodução Instagram

“É nesse momento que avançamos que o fascismo, a intolerância, o ódio e o preconceito avançam também. É por isso que precisamos utilizar a máquina pública para minimizar os danos da violência política e estigma que se instaurou a partir da via institucional: é dela que vamos hackear para desmistificar o ódio e transformar a sociedade em uma sociedade possível para todes”, completou.

## Conheça

[MonitorA](#) é projeto da AzMina em parceria com o Instituto Update e InternetLab que coleta e analisa o discurso de ódio contra candidatas nas eleições de 2020.

[Escuta Candidata](#) é uma iniciativa que oferece espaços de escuta e acolhimento para as mulheres que estão se candidatando às eleições em todo o Brasil, por meio de atendimentos online. A equipe é toda formada por mulheres e os atendimentos serão totalmente gratuitos para as candidaturas às eleições 2020, durante e após a campanha! Todas as trabalhadoras da política serão bem-vindas, mas a prioridade é acolher mulheres negras e LGBTQIA+.

[TretaAqui!](#) é uma plataforma que coleta denúncias de candidaturas atacando e sendo atacadas com discurso de ódio e desinformação. Em 2018 as denúncias foram encaminhadas à Organização dos Estados Americanos, uma organização internacional, da qual o Brasil faz parte, e que estava acompanhando de perto as eleições. A articulação é fruto da união de entidades da sociedade civil brasileira que trabalham com temas de representatividade política de mulheres, pessoas negras, LGBTQ+, participação cidadã e direitos humanos nos meios digitais.



Júlia Bispo é jornalista, tem 22 anos e é de São Paulo.

## **ALÉM DA CORRIDA ELEITORAL: O RACISMO DENTRO DOS PARTIDOS POLÍTICOS**

**Para os candidatos negros, combater a violência do racismo estrutural dentro das alianças é mais desafiador do que enfrentar os oponentes na urna**

*Por Júlia Bispo*

Nos últimos anos, houve um aumento expressivo de candidatos negros interessados em cargos políticos. Influenciados por nomes como Marielle Franco (PSOL/RJ), Benedita da Silva (PT/RJ) e Erica Malunguinho (PSOL/SP), este aumento se dá por um fator maior, além das inspirações: a necessidade de pessoas negras ingressarem nas câmaras municipais e prefeituras devido à falta de representatividade nesses espaços.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2020, as candidaturas negras registraram um expressivo aumento percentual na cidade de São Paulo, o maior na capital desde quando os dados começaram a ser contabilizados em 2014. Cerca de 29,63% dos candidatos a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores são negros, contra 69,24% brancos. Em 2016 - últimas eleições municipais - 25,86% dos candidatos se autodeclaravam negros, frente a 73,64% de brancos.

Mas apesar da crescente representação, a corrida eleitoral ainda favorece o

racismo estrutural e financia homens brancos. De acordo com a Plataforma 72horas, que compila os dados divulgados pelo TSE das declarações de recursos de campanha recebidos, candidatos negros ganharam 42% menos dos fundos Partidário e Eleitoral.

O candidato a vereador pelo partido PODE, Professor Vladimir Fernandes, comenta que sentiu revolta ao ver que as candidaturas negras não recebem o devido financiamento: “Há vários critérios para a distribuição do Fundo Partidário, como por exemplo grupos de atuação, representatividade, potencial de votos, entre outros. Em via de regra, somos mais vistos como lideranças catalisadoras de votos e não como candidatos propriamente ditos”.



Professor Vladimir Fernandes - Foto/Natalia de Souza

## **Racismo estrutural sistêmico**

Passando por sua terceira candidatura - a segunda como vereador - Anderson Severino, do Rede Sustentabilidade, afirma que dentro dos partidos o racismo é camuflado em várias camadas: “Vivemos estruturas racializadas, os partidos espelham essas estruturas. Muitos podem e terão um discurso

libertador, entretanto suas ações mostram o contrário, por isso mesmo não encontramos dirigentes partidários negros e ao mesmo tempo não encontramos representantes eleitos. Escolhem pessoas negras que não têm relação com a luta antirracista apenas para fazerem volume nos partidos. Como o Sergio de Camargo, da Fundação Palmares, que anda com o presidente, mas que nada acrescenta na luta antirracista”.

Contudo, existem barreiras de difícil acesso. Quando o TSE legisla a favor do equilíbrio de verbas, inclusive decretando a obrigatoriedade da divisão entre os candidatos, os partidos políticos conseguem burlar o sistema e favorecer seus aliados.

O Professor Vladimir Fernandes conta nunca ter passado por uma situação de racismo, entretanto, o perfil das lideranças comprova uma desigualdade sistemática. “Em nível de direção, é sempre é composta por pessoas brancas e de alto poder aquisitivo, junto com o seu clã”, explicou Fernandes.



Anderson Severino - Foto/Divulgação

Já Anderson Severino relata que se questões mais potentes - como o assassinato diários de jovens nas periferias por policiais e o encarceramento em massa de negros no Brasil - não mobilizam a sociedade, não será a discriminação das

candidaturas negras pelos partidos ou a falsa autodeclaração de raça que trará essa comoção: “Muitos desses políticos profissionais, com cargos há tanto tempo, pela primeira vez se autodeclararam negros para roubar parte

do Fundo Eleitoral”.

## **A força do Movimento Negro**

Com dois homens brancos concorrendo ao 2º turno para prefeitura na cidade de São Paulo, a novidade das eleições fica para o aumento de representantes negros na Câmara de Vereadores, com destaque para Erika Hilton (PSOL), a primeira mulher trans a ser eleita na capital. Dos 55 eleitos, seis são negros e, apesar de ser um número abaixo da metade, as expectativas para os novos nomes são altas.

O resultado abre caminho para que novos olhares sejam considerados na política. “Este ano o Movimento Negro está muito mais organizado, apoiando os candidatos negros. Agora, caberá ao movimento negro, bem como, os parlamentares negros eleitos provocarem tal questão, por meio de fóruns de debates e cursos de formação política”, relata o Professor Vladimir Fernandes.

O Movimento Negro é um elemento central para discutir política do ponto de vista de representatividade, resistência, resiliência coletiva e ancestralidade para a inclusão efetiva da população negra em cargos de poder.

“Com a ampliação do poder e sua descentralização, com participação efetiva em conselhos, em espaços de discussão que pautem a questão negra, do racismo em todas as esferas dessa sociedade que não quer discutir, mas que é racializada. Podemos ser brancos e negros biologicamente iguais, mas não somos iguais a partir do olhar social, econômico e histórico, portanto questionar os privilégios da braquitude é nosso dever e ação principal”, finaliza Anderson Severino.



Michele Menezes tem 27 anos e é formada em Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

## **CANDIDATURAS NEGRAS E JOVENS NO INTERIOR DA BAHIA: AVANÇOS E DESAFIOS**

**Participação e representação da juventude negra nas eleições municipais de 2020 para Câmara de Vereadores (as) nas cidades de Conceição do Coité e Ituberá**

*Por Michele Menezes*

A política interiorana é marcada por grandes desafios, dentre eles o racismo, o sexismo e a ausência de investimentos, principalmente nas candidaturas de jovens negros (as).

As disputas eleitorais nas grandes capitais são sempre marcadas por grandes planejamentos, gestão de redes sociais, propagandas e muitas estratégias de mídia. Mas quando o assunto é eleição municipal no interior da Bahia, a tática do “olho no olho” é carro chefe para quem quer sair na frente; porém, se você é jovem negro (a), não tem herança familiar política e seu partido não investiu na sua campanha, essas dificuldades são multiplicadas.

Apesar de ter muito a se comemorar pelo aumento (porém tímido) de 2,08% das candidaturas negras em relação ao último pleito de 2016 (TSE), que também é fruto de uma política de ações afirmativas que se constitui há quase 18 anos, ainda há muito o que se debater e ser priorizado dentro dos partidos quando o assunto é raça, gênero e classe. Para Alenilson Santos (PCdoB\

BA), 24 anos, comunicólogo, ainda há muito o que se fazer: “As estruturas partidárias não favorecem nossa cor e nem nosso debate propositivo. Elas só favorecem a quem tem recursos e as classes dominantes”. Alenilson é egresso cotista da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), militante do movimento negro e de casas de estudantes, filho de marisqueira e de um agricultor e o primeiro da família a concluir o ensino superior em uma universidade pública, reside e atua em Ituberá, território do Baixo Sul da Bahia, a 218 km de Salvador.

Apesar da maioria do eleitorado brasileiro ser negra, a ausência de representação e debate nas câmaras municipais ainda é muito alta. Izabela Lima (PT\BA), 30 anos, fonoaudióloga, entende que a participação das mulheres negras periféricas nos espaços de poder é urgente e possível: “A branquitude e o machismo predominante no poder



Alenilson Santos - Foto/Arquivo Pessoal

não nos representa. Sempre estivemos na base, agora queremos nos representar e estamos chegando forte”. Izabela é sertaneja, egressa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), militante e ativista do SUS e do movimento de mulheres negras, reside e atua em Conceição do Coité, território Sisal da Bahia, distante 168 km de Salvador.

### **Juventude não é líder de torcida. Juventude é liderança política**

Se lançar enquanto nome de liderança política é desafiador nas eleições municipais interioranas - a ausência de representação de jovens negros nos municípios

é nítida e preocupante. Para muitos, a inserção de jovens periféricos na corrida eleitoral gera desconfiança e incredibilidade, justamente por essa ser uma estratégia do racismo: ter somente uma única face com cor, sexo, idade e debate. Alenilson apresenta as dificuldades de fazer política sendo jovem negro. Para ele, a população não está acostumada a ver debates mais incisivos e responsáveis vindos da juventude: “Não somos a ‘turma agitação’, somos a ‘turma’ que pensa e articula. Somos lideranças políticas”.

Para as jovens negras, além das dificuldades impostas e do racismo, o machismo também é uma grande barreira na luta pela democracia. “As pessoas se assustaram ao me ver candidata. Me chamavam de ousada, metida”, conta Izabela Lima.



Izabela Lima - Foto/Héder Che

### **Estrutura e representação**

Com a pandemia da COVID-19, o ano de 2020 foi extremamente atípico para a política “corpo a corpo”. Aquele famoso cafezinho em cada casa que a(o) candidata(o) tomava foi mais tímido e mais rápido, bem como seu poder

de convencimento. Mas, para tal feito, ter estrutura financeira é fundamental. Transporte, alimentação e outras atividades de campanha exigem disposição, disponibilidade e muito recurso.

Para Alenilson Santos, as estratégias de redes sociais foram uma alternativa importante, mas em Ituberá, Baixo Sul, as redes sociais não são vistas como fonte e espaço formativo de política. O contato presencial é fundamental, mas para quem tem condições de fazê-lo: “A gente precisa montar estratégias para se auto financiar. Quando olhamos para as candidaturas



Alenilson Santos - Foto/Arquivo Pessoal

negras ou LGBTQIs percebemos que não conseguimos sentir o mesmo aporte financeiro que é feito com e para os brancos.”

Já para Izabela Lima, em Conceição do Coité, semiárido baiano, além do acesso à internet ser precário, as mídias locais são ligadas a partidos e grandes empresários que há anos financiam os mesmos grupos. “Mesmo com todos esses desafios, hoje meninas olham para mim e me veem como inspiração. Em 2024 seremos mais fortes”, declara Izabela.



Izabela Lima - Foto/Héder Che

Apesar dos 338 km de distância de uma cidade para a outra, a luta pelo racismo e a ânsia por serem suas próprias representações unem Alenilson e Izabela.

---

\*Alenilson Santos obteve 162 votos e não foi eleito.

\*Izabela Lima obteve 498 votos e não foi eleita.



Iasmin Monteiro tem 24 anos e é estudante de Jornalismo em Multimeios na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

## **MULHERES NEGRAS E COMUNICADORAS MOSTRAM SUAS POTENCIALIDADES NAS ELEIÇÕES 2020**

**Na contramão da hegemonia branca nos meios comunicacionais,  
mulheres negras assumem o destaque na mídia política**

*Por Iasmin Monteiro*

Quem tem o controle da mídia consegue expor e alavancar muitos discursos que, muitas vezes, não representam a população excluída pela sociedade. Esse “poder” está nas mãos de pessoas que não condizem com a realidade brasileira, já que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 56% da população é negra, porém os donos dos meios de comunicação são pessoas brancas e, grande parte, de família tradicional.

O cenário do jornalismo no Brasil, em porcentagem, nos traz uma reflexão ainda maior. Um estudo feito pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mostrou que há cerca de 23% de pessoas negras na área de comunicação. Esse é um panorama para entendermos porque muitas pautas, principalmente em relação ao povo preto, não são tratadas com um olhar diferenciado - falta representatividade na profissão.

Nas comunicações de campanhas eleitorais a diferença também é visível. Durante anos, víamos apenas homens comandando as coordenações de comunicação, nas assessorias, no setor do audiovisual, publicidade e, com a chegada da internet, as redes sociais. Porém, este ano, além do surgimento de diversas candidaturas coletivas, compartilhadas e diversas, também tivemos um elemento desafiador: a pandemia do novo coronavírus. Dessa forma, as campanhas precisaram reinventar a forma com que essa comunicação seria feita, como chegar em mais pessoas com um conteúdo atrativo e de fácil entendimento, e quem poderia estar inserida na comunicação dessas campanhas, com um olhar popular e de forma expansiva.

A jornalista, doutora em história e professora Márcia Guena, que foi coordenadora de comunicação do Mandato Coletivo Pretas/os, LGBTQIA+ e Periféricos em Juazeiro-BA, aponta como ter mulheres negras, com consciência racial, nesses ambientes antes dominados por homens brancos, é essencial, e que não devemos parar de exigir representatividade nos espaços de poder. “É uma luta muito importante, justa e necessária, e que precisamos enfrentar, principalmente nós, intelectuais negras. A gente precisa romper com essas violências que são impostas pelo sistema, ainda mais em uma conjuntura po-



Márcia Guena - Foto/Arquivo Pessoal

lítica que tenta desfavorecer as nossas pautas. Sendo assim, eu me sinto uma guerreira por coordenar a comunicação de uma campanha tão forte e necessária”, contou.

Nas campanhas das cidades interioranas, por exemplo, é comum que pessoas de fora (até mesmo do estado), sejam cha-

madadas para compor a comunicação e, como sempre, homens brancos levam o destaque. Porém, quando mulheres negras, que conhecem o dia a dia da cidade e enfrentam situações de machismo, racismo e misoginia estão inseridas nessa comunicação, elas conseguem expandir até mesmo as propostas políticas, para que o maior número de pessoas sejam tocadas e sintam que aquela candidatura pode lhes representar.

Márcia também pontua que essa expansão de pensamento traz forte expressividade nas campanhas. “A gente consegue ver além, no sentido das estruturas racistas, apontar onde está a ferida, a violência racial contra as mulheres e toda a população negra. Uma profissional negra e com consciência racial tem uma percepção bastante diferente, compreende o racismo estrutural e sabe que a nossa sociedade pós-colonial precisa ser pensada a partir do lugar que estabeleceu diversas violências contra o nosso povo”, afirmou.

Profissionais negras quebram diversas estruturas racistas e machistas ao serem colocadas em posição de liderança e visibilidade, ainda mais neste contexto eleitoral, onde as pessoas estão atentas a todas as peças de produção que são veiculadas. Ter a liberdade e a confiança para fazer este trabalho faz a criatividade ser fluida e essas mulheres, que antes não eram vistas, encontram a oportunidade de explorar o talento para a sua área de formação.

A jornalista e videomaker Lidiane Gadelha trabalhou no audiovisual de uma campanha nas eleições 2020 em Remanso, cidade que fica no sertão baiano e, por ser uma mulher negra, sabe como foi desafiador enfrentar olhares racistas e julgadores. Porém, ela encontrou em sua equipe respeito e força para poder mostrar que este espaço do audiovisual também é lugar para mulheres negras. “Eu estou em uma equipe que as pessoas me ouvem e validam o meu trabalho. Por conta disso, eu consigo ser criativa, produtiva e tive acesso a pessoas muito importantes. Criei laços e me tornei conhecida, tanto é que eu



Lidiane Gadelha - Foto/Arquivo Pessoal

e uma amiga passamos por uma situação de assédio da oposição e fomos muito acolhidas, inclusive, pelas autoridades”, relatou.

Quando a mulher negra sai de uma base opressora e consegue estabilidade no topo, mostra como são necessárias oportunidades para que isso aconteça. Lidiane também fala sobre a importância de mulheres como ela estarem nessa posição e não mais,

somente, servindo a hegemonia branca. “Eu me sinto uma representante muito importante, porque a maioria das mulheres negras que eu vi aqui na cidade onde estou trabalhando são faxineiras, cozinheiras e não as vejo em posição de destaque. Sinto que a posição que eu estou ocupando acendeu uma chama de esperança para que elas também possam alcançar patamares mais altos”, disse.

Há, ainda, um longo caminho para que a comunicação do Brasil transpareça a sua população, mostrando como essas mulheres negras podem estar em redações, coordenações de campanha, sendo editoras-chefes entre tantas outras áreas da mídia. Infelizmente, essas mulheres ainda precisam se destacar dez vezes mais que uma mulher branca para ser reconhecida.

Com o surgimento das campanhas coletivas, compartilhadas e cheias de diversidade, ficou claro que essas mulheres sabem o espaço que querem ocupar, que o ato de se comunicar é um poder e que elas estão inseridas neste contexto para revolucionar, principalmente, a forma como o povo preto é visto na

sociedade. Ter mulheres negras na comunicação de uma campanha é ter um olhar visionário e aberto a diferentes causas e formas de falar com a população. Essas mulheres conhecem a dor e de onde vêm as feridas do povo excluído pela sociedade; contar com elas é dar um basta no sistema patriarcal e hegemonicamente branco em que a população brasileira está inserida. É preciso construir pontes e abrir caminhos para a igualdade de raça e gênero.



Mike Faria da Cruz, 22 anos, Contagem (MG), com Bacharelado em Jornalismo (PUC Minas 2019-2).

## SEM INCLUSÃO NÃO HÁ COMO GARANTIR OS DIREITOS ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS

**Os desafios encontrados em Belo Horizonte chamam a atenção para as responsabilidades do poder público direcionadas aos povos indígenas mineiros e para as contribuições das atuais eleições municipais**

*Por Mike Faria*

Na história chegaram primeiro em nosso território, mas em reconhecimento e participação nas decisões das cidades, como Belo Horizonte, são, por vezes, colocados em segundo plano. Estamos falando de comunidades indígenas, grupos e indivíduos com modo de viver e pensar próprios, que têm muito a oferecer para sermos uma sociedade mais responsável com o meio em que nos relacionamos.

Em todo o país, nas eleições municipais deste ano, de acordo com [levantamento](#) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram 2.113 candidatas indígenas (0,39% do total das candidaturas), um aumento de 88,51% em relação às eleições de 2016, em que foram registradas 1.175 candidaturas.

Também, segundo o [Instituto Socioambiental \(ISA\)](#), pelo menos 220 indígenas e 57 quilombolas foram eleitos no país no último domingo (15 de novembro). Em relação aos indígenas, 10 candidatos irão assumir a liderança de

prefeituras, 10 serão vice-prefeitos e 200 assumirão como vereadores.

Soraia Feliciano Mercês é uma destas que se fortaleceu para participar do debate público. Professora e mineira, essas são características que poderiam a colocar como muitas outras mulheres que conhecemos, porém um detalhe assume destaque: o fato de Sol Puri (PSOL), como é mais conhecida, ser a única candidata indígena em Belo Horizonte para as eleições municipais de 2020.

Com o principal desafio de representar toda a diversidade dos povos que vivem em BH, Sol se declara como “uma indígena que tece na cidade a sua aldeia, na luta por respeito às pessoas e seus direitos”, e nesse caminho por aproximação de vivências vai desafiando também as estatísticas. Na capital mineira, em que se estima 1.943.184 eleitores aptos a votar conforme [dados](#) do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG), a cidade nunca elegeu uma vereadora ou vereador indígena e assim, se distanciou das demandas e contribuições desses povos que também são parte do município.



Sol Puri durante atividades coletivas de valorização do meio ambiente na Praça Sete, localizada na região central de BH

A partir da representatividade e inclusão que a motivam, Puri leva sua voz ao debate eleitoral, na busca de aproximar a comunidade belo horizontina das pautas dos povos tradicionais, da garantia da educação pública, das lutas feministas e antirracistas, dos movimentos ambientalistas e de políticas públicas para promover o desencarceramento da população.

“Acredito que a Ancestralidade indígena tem muito a contribuir para a vida digna de todos. Cuidar da Terra, dos rios, das árvores e das outras espécies é cuidar de nós mesmos”, afirma a candidata ao destacar suas motivações para ser vereadora.

## **Presença**

Como seu nome mesmo sugere, Sol tenta ser luz e otimismo na vida, e sua trajetória pessoal não deixa escapar esses detalhes. Nascida em Ipatinga, cidade localizada no Vale do Aço, região Leste de Minas Gerais, a 217 km de Belo Horizonte, foi criada em Contagem, onde ficou até os 25 anos, quando foi morar na capital mineira por ter iniciado um curso na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 2005, começou a carreira de professora da Educação Infantil em BH e em 2014 começou o trabalho na Diretoria de Políticas para a Igualdade Racial, onde está até hoje.

“Os desafios encontrados na busca por educação e saúde, a luta constante contra o racismo institucional aprimoraram meu olhar para as responsabilidades do poder público, que levo em minha consciência como servidora municipal e para o legislativo”, argumenta enquanto cidadã e representante política.

Nesse sentido, ela nos mostra que para alcançar maior representatividade e inclusão no sistema político brasileiro é preciso tomar parte dos processos políticos, a partir da organização social, que leva à organização partidária



Candidata (4ª posição, da esquerda para a direita) se junta a demais lideranças para ato de valorização indígena e demais povos de BH na região central da capital mineira

e à colaboração no debate político.

Candidata (4ª posição, da esquerda para a direita) se junta a demais lideranças para ato de valorização indígena e demais povos de BH na região central da capital mineira

“Falta aos sistemas brasileiros e na população consciência de si. Somos um povo que teve sua memória identitária negada e apagada na institucionalidade e diluídos na categorização de “pardos”. Precisamos contar nossas histórias e recontar a história deste país”, reforça Sol Puri ao se colocar como representante da comunidade indígena, na busca da diversidade de povos presentes em Belo Horizonte.

Ver referências artísticas e culturais indígenas nas ruas de BH é uma conquista muito importante,



Sol (3ª posição, da esquerda para a direita) conversa com moradores na Feira Hippie de BH sobre o papel da vereança na cidade

mas precisamos ir além. Precisamos ocupar de fato os mais diversos espaços para falar por nós mesmos, inclusive na política, afinal, como Sol mesmo expressa com sua atuação, é a afirmação de que estamos vivos e resistindo.

“A minha experiência de vida me faz compreender que cada um tem seu tempo, mas todos estamos comprometidos com a evolução, o respeito, a compreensão sobre o que cada um tem de si mesmo e da sociedade. Isso é importante para possibilitar o crescimento e o aprendizado de todos nós. Essa é a minha proposta, fiscalizar e cobrar o cumprimento das leis e dos planos construídos com a participação da sociedade civil, respeitando e valorizando a diversidade na luta por uma cidade de todos”, finaliza.

---

**\*Os Puri são um povo originário pertencente ao tronco linguístico Macrô-Jê, do qual fazem parte também os Jê, Kamakã, Maxakalí, Krenák, Pataxó, Karirí, Yatê, Karajá, Ofayé, Boróro, Guató e Rikbáktsa. Sua ocupação originária corresponde hoje a terras encontradas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, no Vale do Paraíba, bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes, e parte da bacia hidrográfica do Rio Doce, o que inclui seu alto curso e a região do Rio Manhuaçu.**



Gabriel Rodrigues, 24 anos, de Salvador (BA), estagiário, pesquisador e graduando em Jornalismo.

## PEGADA DIGITAL: CANDIDATURAS LGBTIA+ REPRESENTAM TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS PARA A POLÍTICA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

*Por Gabriel Rodrigues*



Em 2020, as mobilizações políticas para as eleições municipais ganharam ainda mais o cenário da internet. Com o uso das redes sociais para o impulsionamento de campanhas, as primeiras observações apontam para uma realidade ainda complexa, sobretudo pela extensão que os debates acabam tomando quando estão em rede, mas também pelos avanços sociais significa-

tivos. A exemplo disso, temos a crescente participação das populações excluídas na construção política, e não somente as de propostas progressistas e em prol dos direitos dessas populações, mas também de grupos conservadores.

Uma conquista importante para as eleições de 2020, dentre as diversas pautas levantadas pela população trans e travesti, foi a utilização do nome social para identificação na urna eletrônica. Em levantamentos não-oficiais, mobilizados por coletivos e mídias independentes, foram identificadas cerca de 80 candidaturas LGBTIA+ eleitas. Foram cerca de 430 pré-candidaturas LGBTIA+ mapeadas em todo país, das quais 294 foram pré-candidaturas de travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans, [conforme aponta a Associação Nacional de Travestis e Transexuais \(ANTRA\)](#). Segundo o relatório divulgado pela Associação, no total são 30 mandatos entre pessoas trans pelo Brasil, que indicam um crescimento de 275%, se comparado com as eleições municipais de 2016.

Nesse cenário, em contrapartida à onda fascista no Brasil, podemos perceber que as mobilizações digitais têm possibilitado a ampliação de debates historicamente invisibilizados pelas mídias hegemônicas. Em alguma medida, o contexto digital tem



A vereadora mais votada de Belo Horizonte (MG) é mulher trans, uma dos 30 mandatos pelo país - Foto/Reprodução Instagram

garantido a coleta de dados importantes para as pautas dos movimentos negros, indígenas, LGBTIA+ e de outros grupos vulnerabilizados, que há séculos lutam pela garantia de direitos básicos para essas populações. Com a articulação de organizações políticas, coletivos de mídia,

criadores de conteúdos, a conjuntura política tem apontado para a circulação intensiva de material de campanha na internet.

Onã Rudá, ativista do movimento LGBTIA+ e antirracista, candidato suplente pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na cidade Salvador, Bahia, acredita que, apesar do cenário pulverizado, as possibilidades do cenário digital foram muito importantes para o impulsionamento de conteúdos que apresentassem as propostas de candidaturas por todo país, embora a circulação de desinformação e usos dessas dinâmicas de forma ilegal tenham pautado as eleições municipais muito fortemente. Apesar de não ter sido eleito,



Onã Rudá é fundador da Torcida LGBT+ Tricolor e representante da União Nacional LGBT+ na Bahia - Foto/Reprodução Instagram

sua campanha contou com produção intensiva de conteúdos para redes sociais.

De lives, que duram em média 59 minutos no Instagram, a conteúdo de curta duração, as estratégias de comunicação e incidência foram diversas, principalmente diante de um momento em que a construção política corpo a corpo está limitada, por conta da necessidade do distanciamento físico. É o caso da vereadora trans eleita

Duda Salabert, que bateu o recorde de votos (37.613) na cidade de Belo Horizonte (MG) pelo PDT, e que construiu uma campanha expressiva nas redes sociais, sem a utilização de material impresso. Como proposta de campanha, a vereadora pretende cumprir a missão de plantar uma árvore para cada voto ganho.

Em análise do resultado das eleições de 2020, Onã Rudá avalia como desastroso, sobretudo pela a forma como o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-BA) atuou para realização das eleições, mostrando pouca efetividade na garantia de disputas democráticas e éticas. A exemplo, podemos acompanhar uma série de negligências pelo país, como dos muitos municípios em que houve descumprimento do distanciamento social, favorecendo uma possível segunda onda de infecções pelo coronavírus no país, que já ultrapassam mais de 160 mil mortes, de acordo dados do Ministério da Saúde. “Avalio como muito ruim, acho que a cidade (Salvador) vai amargar por muitos anos os índices que a gente tem de desemprego, de mortalidade da juventude, de feminicídio; enfim, da desigualdade social mesmo, que é uma das principais marcas de Salvador”, reflete Onã.

A descentralização do poder de produção e circulação informativa é um desses reflexos, que permitiram que candidatas construíssem agendas políticas diferenciadas, embora as desigualdades de recursos ainda seja uma das principais problemáticas para a conjuntura política brasileira. Por outro lado, podemos observar o próprio agravamento da pobreza no país, diante da necropolítica do Estado (conforme reflete o filósofo camaronês Achille Mbembe), em negligência aos direitos básicos nesse momento de crise sanitária. Diante da ineficiência do Governo Federal para garantir políticas públicas que atendessem à população brasileira.

Dados recentes, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam para o crescimento do desemprego no país, com cerca de 13,5 milhões de brasileiros afetados. Importante considerar também as candidaturas que aderiram à política suja, prática histórica no Brasil, com violações não somente à legislação eleitoral, com o agenciamento de criadores de conteúdos e circulação de fake news (conteúdo falso), mas também às diretrizes de distanciamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), que

buscam reduzir a disseminação e impactos da Covid-19.

Segundo levantamento do MonitorA, apresentado pelo Instituto AzMina em parceria ao InternetLab e o Instituto Update, mulheres negras foram os principais alvos de discurso de ódio nas redes sociais na Bahia. A ferramenta foi desenvolvida para investigar a frequência em que a violência contra mulheres que estão na política são propagadas no ambiente virtual. Os ataques são pautados pela discriminação de gênero, identidade e sexualidade. A vereadora mais votada do Brasil nas eleições municipais de 2020, Erika Hilton (PSOL) sofreu diversos ataques transfóbicos, além de ter sido alvo também de fake news. Com cerca de 50.508 votos, a vitória de Erika Hilton é também um marco para a política no país, ela é a primeira mulher trans negra a ocupar cadeira na Câmara Municipal da cidade de São Paulo.

Para Laina Crisóstomo, advogada feminista e ativista LGBTIA+, candidata eleita a vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em Salvador, com 3.635 votos, as redes sociais fizeram toda a diferença para a construção da sua campanha. Em mandato coletivo, o [“Pretas por Salvador”](#), representa-



do também por Cleide Coutinho e Gleide Davis, Laina afirma que os atravessamentos da pandemia favoreceram para que as estratégias políticas nas eleições municipais fossem ainda mais adequadas para internet. “Ocupar as redes foi um processo de resistência, e eu posso falar não só das eleições. Por exemplo, eu sou fundadora da Tamo Juntas, que

faz atendimento presencial às mulheres vítimas de violência, e vimos que o atendimento remoto era urgente; as mulheres precisavam dar conta dessa situação da violência e a gente precisava se reinventar para atender essas mulheres” afirma a vereadora.

Para além das possibilidades nas redes sociais, Laina acredita que o trabalho de rua, respeitando todas as medidas de prevenção e distanciamento social, também foi muito importante para a garantia da candidatura. Além disso, ela fala da importância de conhecer as realidades das pessoas, ainda mais agora na pandemia. “Estar na rede só é algo que parece uma bolha, você fica distante de todo mundo. E eu acho que a gente que faz uma política que é de movimento social, que é direitos humanos, é muito diferente. A gente precisa estar na rua, precisamos ver as pessoas, então acho que temos perspectivas diferenciadas nessas candidaturas”, afirma.



Andressa Franco dos Santos Lima, 19 anos, de Feira de Santana (BA) e estudante de Comunicação - Habilitação em Jornalismo (3º semestre).

## REPRESENTATIVIDADE JOVEM NA POLÍTICA

**O cenário em Feira de Santana - BA exemplificando o cenário nacional: baixa participação da juventude entre candidatos e eleitos**

*Por Andressa Franco*

Entre as condições de elegibilidade estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), está o critério da idade, que é verificado tendo como referência a data da posse. A idade mínima para concorrer a cargos de prefeito(a) ou vice-prefeito(a) é de 21 anos, e 18 anos para disputar uma vaga como vereador(a).

Analisando os perfis da divulgação de candidaturas e contas eleitorais do TSE nas eleições de 2020 em Feira de Santana, cidade no interior da Bahia, dos quase 700 candidatos à Câmara Municipal, poucas dezenas têm menos de 30 anos; entre os oito deferidos para concorrer à prefeitura, apenas dois têm menos de 35 anos. Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-BA) indicam que, este ano, cerca de 10 mil jovens votam pela primeira vez no município.

O cenário é muito parecido com o nacional. Se olharmos para as nossas capitais, por exemplo, não há ninguém com menos de 40 anos ocupando a cadeira da prefeitura. Mas, no último dia 15, as pessoas foram às urnas e algumas mudanças significativas foram vistas nas Câmaras Municipais de muitas cidades, como é o caso de Bia Caminha (PT), 21, eleita a vereadora

mais jovem da história de Belém, capital do Pará.

“Isso tem a ver com a concepção de política. Essa política tradicional, coronelista, conservadora, não traz para dentro do espaço político o protagonismo desses conjuntos de sujeitos e sujeitas que fazem a política no seu dia a dia e, sem sombra de dúvidas, o que exclui esses sujeitos é esse formato”, explica Marcela Prest, 33, candidata à prefeita mais jovem em Feira de Santana pelo PSOL, partido que preside na cidade.



Natural de Vitória, capital do Espírito Santo, Marcela começou na militância na transição da adolescência para a juventude e acredita que a ausência de jovens no meio político pode ser justificada por um processo histórico de exclusão de quem compõe a maioria da população, mas ocupa a minoria dos cargos de poder, dominados pelas elites.

Mãe, doula e feminista negra, afirma que não percebe a idade como um problema para o eleitorado,

mas sim nas mídias. “Eu sinto isso a partir de como a mídia me coloca, de como eles perguntam as coisas, de como eles afirmam determinadas questões sobre mim, inclusive que não são verdadeiras”, conta.

Quanto ao eleitorado, a candidata diz notar que quando pedem por uma mulher jovem, não se trata necessariamente da juventude da idade, mas do

ponto de vista de uma nova forma de fazer política, que seja transparente e radicalmente democrática. Independente, inclusive, de experiência prévia em cargos executivos, por considerar as candidaturas que estão há mais de 20 anos no poder governando apenas para uma pequena parte da população, que não representa a diversidade da maioria.

Outro candidato que não sentiu insegurança por parte do eleitorado quanto à sua idade é João Victor Barreto, 19, que concorre a vereador pelo PSL. O candidato acredita que apenas jovens compondo a Câmara Municipal poderão trazer à tona com vigor as pautas que dizem respeito à própria juventude, como políticas públicas voltadas para cursos profissionalizantes, estímulo ao primeiro emprego e incentivo a Grêmios Estudantis. O que, para Barreto, não significa deixar de dialogar com os políticos mais velhos, independente de partido ou ideologia, mas aproveitar a experiência dos mesmos.



Cursando Direito na Faculdade Pitágoras, João Victor tem como destaque em sua campanha representar a juventude e toda a sociedade que esteja em busca de renovação. “O que nós temos a oferecer para a nova política? É uma nova forma de fazer política ouvindo mais, incrementando mais junto da comunidade e fazendo uma política participativa. Porque o jovem hoje quer isso e políticos jovens querem isso: estar mais próximo da comunidade. A comunidade sofre muito com a ve-

lha política”, pontua Barreto.

O candidato argumenta que os jovens estão decepcionados com a política por conta do cenário que lhes foi passado por seus pais, que veem a política como uma ferramenta já desgastada. “Hoje nós não temos uma política de exemplo, por isso que os jovens não se engajam. Mas eu vi de outra forma, por não termos exemplos, nós precisamos levar o exemplo”, completa.

Para a candidata do PSOL, Marcela, o incentivo da discussão e participação política precisa vir das escolas, incluindo os diversos perfis de juventude, seja dos espaços urbanos ou rurais. Para chegar lá, ela vê como estratégia o investimento em agendas culturais como instrumento de visibilidade positiva do papel da juventude, a exemplo da implantação e reforma de quadras poliesportivas, pistas de skate, arenas de teatro, criação de núcleos de jovens nas unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e investimento nos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUS).

“Se a gente tem uma política pública no município que envolva esse conjunto de jovens que apresente alternativas nessas 3 dimensões, do trabalho, da educação e da cultura, a gente sabe que essa também é uma forma: quando você garante direitos, você enfrenta a violência, o extermínio da juventude negra, e cria alternativas”, defende Prest.



Brenda Gomes - Baiana, jornalista e pós-graduada em Gestão de Projetos, mulher negra, tem 27 anos.

## **CANDIDATURAS COLETIVAS GANHAM ESPAÇO NA REGIÃO NORDESTE DURANTE AS ELEIÇÕES 2020**

*Por Brenda Gomes*

O mundo tem passado por transformações em seus mais diversos aspectos. Com a pandemia da Covid-19, que já teve mais de 170 mil mortos no Brasil, os hábitos das pessoas precisaram ser repensados. No cenário político não seria diferente, já que a maior crise sanitária dos últimos tempos também deu uma maior visibilidade às desigualdades sociais. Levando em conta a avalanche de demandas das cidades, principalmente voltadas para as populações invisibilizadas, as eleições municipais de 2020 foram marcadas pelas chamadas candidaturas coletivas. Um modelo de candidatura que se destaca, em sua maioria, por aglutinar um grupo em torno de grandes causas como o feminismo, antirracismo e direito à moradia.

Sendo uma “novidade política”, as candidaturas coletivas são uma modalidade que é constituída através de grupos/coletivos/bancadas, com três ou mais pessoas, que fazem a campanha de forma conjunta e que, se eleitos, assumem juntos o mandato. Na região Nordeste do Brasil, durante as eleições municipais deste ano, a inovação ganhou maior visibilidade sendo acolhida em algumas cidades, como é o caso de Fortaleza (CE), Salvador (BA) e São Luís (MA), que elegeram suas primeiras chapas coletivas a vereança.

Na capital maranhense o Coletivo Nós (PT), formado por seis integrantes, moradores das periferias e da zona rural de São Luís, é o primeiro mandato coletivo da cidade, que teve três candidaturas neste modelo. Para o co-vereador e educador Eni Ribeiro, trabalhar em conjunto permite que exista uma representação maior das comunidades e suas necessidades. “Historicamente na Câmara de Vereadores de São Luís percebemos uma renovação muito lenta e quem está fazendo a cidade acontecer não está tomando decisão onde seria a casa do povo. Queremos colocar o povo no centro do poder, o povo no centro de decisão, despersonalizar esse modelo de política, que foi construído com essa ideia que existe um herói que vai salvar a cidade, é o povo que é o grande responsável pela grande mudança.” Juntamente a Eni, fazem parte do Coletivo Nós os co-candidatos: Jhonatan Soares, Flávia Almeida Reis, Delmar Matias, Eunice Costa e Maria Raimunda.



A co-candidata a vereadora na cidade de João Pessoa (PB), Juliana Silva, do Coletivo Nossa Voz (PT), destaca ainda que uma candidatura coletiva consiste em entender que as chapas são formadas por vozes de pessoas e vivências diferentes, mas com o mesmo objetivo; “construir um mandato popular e participativo”. A chapa de Juliana não foi eleita, mas para ela fica

a experiência de que é necessário construir espaços mais diversos na capital paraibana. “João pessoa, não tem nenhum vereador gay ou quilombola, por mais que tenhamos pessoas lá que dialoguem com pautas populares (ou tínhamos), a representatividade deles é bem mais limitada do que no caso do mandato coletivo. Foi a partir disso que formamos uma chapa com uma mulher, jovem e negra, um homem gay e professor, uma mulher quilombola, uma mulher feminista e jornalista, um enfermeiro, militante da cultura popular na cidade e servidor público. Unimos nossas lutas e abraçaram as nossas pautas”, conta.



Foi pensando na necessidade de unir as lutas pela comunidade que a Bancada Comunitária (Psol) em Aracaju (SE), se organizou durante as eleições deste ano. Tendo como principal bandeira a luta por moradia, o co-candidato Vinícius Oliveira explica que os direitos também estão atrelados a entender os problemas da cidade. “Por Aracaju ser uma cidade organizada, muitas pessoas não enxergam as desigualdades, pois até a pobreza é organizada para ficar invisível. A gente tentou mostrar para as pessoas como foi feito o pla-

nejamento urbano, para desconstruir esse olhar para os espaços, e a maneira mais popular que achamos foi estar mais perto da comunidade. Trouxemos os valores comunitários, que se confrontam diretamente com a lógica do individualismo e da mercadoria”, afirma o também jornalista.

Apesar de ter ganhado maior visibilidade nas eleições deste ano, segundo o presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-PE, Pablo Bismack, em artigo publicado no Diário de Pernambuco, afirma que levantamentos podem indicar que cerca de 110 candidaturas em formato coletivo existiram no país, entre os anos de 1994 e 2018, vinculadas a 22 partidos, em 17 estados.

## DESAFIOS COLETIVOS

Antes mesmo de chegar ao pleito há um desafio para as candidaturas coletivas; fazer com que os eleitores compreendam como funcionará a gestão caso a chapa seja eleita, já que só um nome aparecerá como “candidato oficial”.

Um caminho que nem sempre é de sucesso, como explica Vinícius Oliveira; “muitas vezes notamos não é só soma e multiplicação, não. É um trabalho de formiguinha e de muito diálogo com as pessoas.”

Os mandatos coletivos soam como “caminhos

sem volta” para Sylvia Ciqueira, co-candidata da Chapa Ativista do Recife (PDT), que afirma que apesar dos desafios é um modelo que pode se expandir nas próximas eleições. “O principal desafio em construir uma candida-



Créditos: Chapa Ativista do Recife (PDT-PE)

tura coletiva é a nossa capacidade de articulação de entendimento coletivo no mesmo nível de igualdade. Também exige da gente o exercício com os parâmetros democráticos. Nós três tivemos que, muitas vezes, compartilhar a informação mais detalhada entre a gente, tudo que sabia, via, sentia, para que a gente se mantivesse no mesmo patamar de condições de tomada de decisões assertivas.”

Juridicamente o formato de mandato coletivo ainda não é totalmente regulamentado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fazendo com que seja necessário que a chapa indique um representante que seja constitucionalmente eleito. Geralmente os outros são nomeados para cargos estratégicos como chefe de gabinete ou assessor chefe, assumindo, entretanto, funções mais amplas que somente as administrativas e burocráticas.

Para Jamerson Silva, co-candidato da Bancada de Todas as Lutas (PT) que disputou o pleito eleitoral na capital baiana, existe uma urgência em regulamentar o formato. “Acho extremamente importante que a modalidade seja regulamentada, inclusive para diminuir a desconfiança dos eleitores, de votar em uma pessoa que diz ser candidata, mas o número de votação corresponde a uma outra pessoa. E de fato vai co-responsabilizar todo mundo de maneira jurídica junto a justiça eleitoral. Já tem um processo na Câmara tramitando sobre isso, acredito que deva começar a caminhar em breve, para que tenhamos uma segurança maior para quem vota e para quem se candidata”, afirma fazendo referência a Proposta de Emenda à Constituição 379/17. Salvador também elegeu a sua primeira chapa coletiva para a vereança. A chapa “Pretas por Salvador” (Psol), formada por três co-vereadoras, foi eleita com 3.635 votos, que irão dividir o gabinete a partir do dia 1º de janeiro.



QUE ME NO  
QUERO VER PODER

REFORMAPOLITICA.ORG.BR